



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001768-87.2013.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Jose Luiz Santos de Freitas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

**JOSÉ LUIZ SANTOS DE FREITAS** está sendo processado pela suposta infração ao artigo 155, parágrafo 4º, incisos I e II, c.c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque, de acordo com a denúncia, no dia 23 de agosto de 2013, às duas horas, no Centro Cultural situado na rua Benedito Barreto, bairro Jardim Cruzado II, nesta cidade, teria tentado subtrair para si, mediante escalada e rompimento de obstáculo, bens pertencentes ao município de Ibaté, não consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.

A denúncia foi recebida em 9 de setembro de 2013 (fls. 46).

Resposta à acusação a fls. 59/61.

Em audiência, procedeu-se à oitiva de três testemunhas e ao interrogatório (fls. 74/79).

Encerrada a instrução, as partes manifestaram-se em alegações finais. A Dra. Promotora requereu a condenação nos termos da denúncia (fls. 110/113). O Dr. Defensor, por sua vez, pugnou pela absolvição, postulando, subsidiariamente, a concessão dos benefícios legais (fls. 120/122).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A ação penal é procedente.

A materialidade está estampada nos autos de exibição e apreensão, de entrega e de avaliação de fls. 23, 24 e 34 e no laudo pericial de fls. 103/108.

A autoria, de igual forma, é indubitosa.

Interrogado em Juízo, o réu admitiu que, com o objetivo de angariar fundos para sustentar seu vício em "crack", tentou subtrair os bens do Centro Cultural. Acrescentou que ingressou no imóvel após pular o muro e arrombar a porta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

A confissão harmoniza-se com a prova judicial.

O Guarda Municipal Evandro de Moraes Huss relatou, sob o crivo do contraditório, que o acusado foi detido nas proximidades do local do fato, empreendendo fuga pelos telhados das construções vizinhas. Mencionou, também, que os bens enumerados na denúncia haviam sido separados, indicando a intenção de subtração. Verificou-se que o acesso ocorrera mediante escalada, bem assim que a porta de entrada estava violada.

Sérgio Luiz Lourenço, que acompanhava seu colega Evandro e também presenciou o ocorrido, apresentou versão uniforme, confirmando as declarações anteriores.

Finalmente, a testemunha Érico Rodrigo Pinto, responsável pelo sistema de monitoramento e alarme, disse que se dirigiu ao Centro Cultural, onde observou que havia bens separados, asseverando que também presenciou o acusado evadindo-se pelos telhados das casas vizinhas. Após, o denunciado foi dominado pelos Guardas Municipais. O acesso irregular ao imóvel, mediante escalada do muro e arrombamento da porta, ficou caracterizado.

Nota-se, em consequência, que o denunciado atuou com "animus furandi" e que apenas não atingiu seu intento em razão da pronta atuação dos servidores públicos.

É o que basta para a condenação, anotando-se que as declarações do réu, a prova oral produzida e o teor do laudo pericial de fls. 103/108 não deixam dúvidas quanto à incidência das qualificadoras descritas na denúncia.

Passo, agora, a dosar a pena.

Tendo em vista a presença de duas qualificadoras a indicar a maior reprovabilidade, em concreto, da atuação do acusado, o qual se valeu de escalada e de rompimento de obstáculo para ter acesso ao prédio público, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e no pagamento de 11 (onze) dias-multa.

Reconheço em favor do acusado a atenuante da confissão espontânea, reduzindo a reprimenda ao patamar mínimo de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Em apreço ao disposto no parágrafo único do artigo 14 do Código Penal, considerando o "iter criminis" percorrido, diminuo a sanção penal em 2/3 (dois terços), uma vez que a ação do réu distanciou-se sobremaneira da consumação, tendo em vista que apenas separou os bens que pretendia subtrair, evadindo-se logo em seguida. Perfaz-se, então, a pena de 8 (oito) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa, a qual torno definitiva por não vislumbrar a existência de outras circunstâncias que autorizem a exasperação ou o abrandamento.

Fixo multa mínima, em virtude da capacidade econômica do infrator.

Com fundamento no artigo 33, parágrafo 2º, alínea "c", do Código Penal, estabeleço regime aberto para cumprimento da pena imposta.

Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos consistente na prestação pecuniária definida no valor de um salário mínimo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal e condeno o réu JOSÉ LUIZ SANTOS DE FREITAS, filho de Luiz José de Freitas e de Maria Genilda dos Santos, por infração ao artigo 155, parágrafo 4º, incisos I e II, c.c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, à pena de 8 (oito) meses de reclusão, em regime aberto, substituída conforme delineado, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, na forma especificada.

Autoriza-se recurso em liberdade, pois ausentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Expeça-se certidão de honorários ao advogado nomeado, pela atuação total, nos termos do convênio OAB/DPE-SP.

Oportunamente, expeça-se guia de execução.

P.R.I.

Ibaté, 07 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**